

ARQUEOLOGIA FEMINISTA – INICIANDO A DISCUSSÃO

JULIA MARIA GOLIVA DIAS¹; LOREDANA MARISE RICARDO RIBEIRO²

¹ Universidade Federal de Pelotas, Bolsista PBIP – jumgdias@gmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Antropologia e Arqueologia –
loredana.ribeiro@gmail.com 2

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma discussão teórica sobre os possíveis usos de teorias e conceitos feministas dentro de práticas e análises arqueológicas. Dando ênfase às contribuições teóricas do feminismo de mulheres negras e seu potencial de estudo de diversidade e desigualdade, queremos discutir as experiências de mulheres subalternizadas a partir de contextos arqueológicos históricos, especialmente aqueles relativos ao século XIX. É possível com a ajuda dessas teorias uma análise mais profunda sobre políticas colonizadoras imperialistas que moldaram a atualidade através da escravidão e genocídios.

Em perspectiva política a ciência é uma negociação de poder, provida por relações sociais que em diferentes níveis afetam interesses pessoais, de grupos ou nacionais. Durante os anos 80 o esforço conjunto entre feminismo e arqueologia gerou um novo campo de pesquisa, a mais comumente conhecida como “arqueologia de gênero”. Sua preocupação inicial era de trazer novos discursos sobre diferenças como raça, etnicidade, classe, sexualidade, assim tendo como objetivo, quebrar com a visão androcêntria homogeneizante do passado e dar visibilidade às mulheres. Desde então inúmeros trabalhos com o tema surgiram, porém a maioria destes, ainda tenta se afastar de sua gênese feminista, afirmindo que a prática científica é neutra de posicionamento político. (Engelstad;2007; Wylie;2007). O problema é que a arqueologia de gênero só será capaz de causar algum impacto na disciplina e, na sociedade, quando assumir seus preceitos feministas, expondo mais do que somente a visibilidade da mulher no passado. O trabalho científico é mais do que uma interpretação epistemológica, é uma união de representações, práticas, habilidades e

intervenções que são aprendidas e performadas. E, apesar de universais e rotinizadas, as práticas científicas ainda são locais e mutáveis. (Tomáskova; 2007).

2. METODOLOGIA

A ciência, seja ela humana, exata ou biológica, sempre esteve empenhada em buscar uma tradução universal da realidade, buscando padrões conversíveis e móveis. Essa missão quase intrínseca dos saberes científicos ocidentais abarca um reducionismo interpretativo resultando em perspectivas binaristas, focadas na relação entre o comum x incomum. (Tomáskova; 2007). Na arqueologia essas interpretações binárias dão origem a sujeitos universais, perpetuando um ciclo vicioso de opressão do passado para o presente. Em Pelotas, assim como em outras cidades do Brasil, esse ciclo se traduz no discurso sobre o passado, principalmente aquele relativo ao século XIX, que ainda exalta a antiga elite de nobres decadentes como os ‘verdadeiros’ homens e mulheres pelotenses, oprimindo e invisibilizando milhares de sujeitxs que fizeram e fazem parte de sua história.

Partimos da ideia de que nem gênero nem ciência preexistem da prática, já que gênero é uma constituição assimétrica, saturada de poder, simbolismo, materialidade e relações sociais, sustentada por práticas heterogenias naturais e culturais. (Haraway;1995). Através desse olhar temos a análise de múltiplas formas de opressão, as quais se encontram com a luta pelo reconhecimento e justiça social, trazendo o empoderamento de grupos historicamente marginalizados. (Franklin;2001). Na arqueologia ao examinarmos contextos elitizados do século XIX, como o pelotense, temos a oportunidade combinar as reflexões sobre a situacionalidade da produção de conhecimento, e o conceito de inerseccionalidade.

Ao contrário do que primeiramente se imagina, a posição de sujeitas subjugadas, dá às mulheres subalternas pelotenses do século XIX, uma posição privilegiada de onipresença, estando entre os locais do binarismo interpretativo, são elas que podem nos dar a oportunidade de criticar, denunciar e desconstruir sistemas de opressão cílicos. A ampla experiência destas mulheres, com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparição, são determinantes quando levamos em conta aspectos particulares

da identidade de grupos marginalizados, aspectos que designam a interdependência de relações de poder, raça, sexo e classe

3. DISCUSSÃO

Levando em consideração as experiências particulares de grupos marginalizados, vemos que a objetividade do feminismo se encontra no entendimento de contextos particulares. Porém, a subjetividade é vista com desdém pela comunidade científica, que prima pelo mito da neutralidade, ditando que interpretações de cunho feminista são um posicionamento de valor político, impossibilitando uma interpretação objetiva. Contudo é inegável que todo trabalho científico tem valores políticos.

O ideal feminista tem como objetivo a reforma da desigualdade de gêneros em todos os aspectos sociais, porém não busca a eliminação de diferenças, e a produção de conhecimento científico é um dos pilares que sustentam, mantém e justificam as desigualdades. Sendo assim o feminismo em suas diversas vertentes tenta quebrar barreiras androcêntricas dentro das metodologias científicas. A arqueologia de gênero ao fugir de sua vertente feminista, acaba negando as diferentes possibilidades de interpretação a qual primeiramente ela se propõe, já que o estudo de gênero po sí,(simplesmente para dar visibilidade a mulher) não é o suficiente para compreender questões como raça, classe, idade, orientação sexual, e etnicidade. (Franklin;2001)

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos

ENGELSTAD, E; Much more than gender; **Journal of Archaeological Method and Theory** Vol. 14, No. 3, 2007

FRANKLIN;M. A Black feminist-inspired archaeology? **Journal of Social Archaeology**, SAGE Publications (London,Thousand Oaks,CA and New Delhi) Vol 1(1): 108–125 [1469-6053(200106)1:1;108–125;017625]; 2001

HARAWAY,D; A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial; **cadernos pagu** 5, campinas sp; 1995

TOMÁSKOVA; S. Mapping a Future: Archaeology, Feminism, and Scientific Practice;**Journal of Archaeological Method and Theory** Vol. 14, No. 3;pp. 264-284 (September, 2007),

WYLIE, A; Doing Archaeology as a Feminist; **Journal of Archaeological Method and Theory** Vol. 14, No. 3, pp 209–216 (2007)